

Estado e sociedade civil em tempos de globalização: reinvenção da política ou despoliticização?

State and civil society in times of globalization: reinvention of politics or depoliticization?

R esumo

A complexificação, diversificação e fragmentação das formas de manifestação do Estado e da sociedade civil têm se apresentado como tema de grandes debates e inquietações na realidade contemporânea. Expressão do desenvolvimento capitalista das últimas décadas, tais categorias passaram a ser utilizadas tanto para fortalecer a participação política da sociedade quanto para justificar os programas de ajuste neoliberal nas diferentes agendas governamentais e despoliticizar as ações dos grandes sujeitos históricos que funcionavam como vetores de unificação social. Recuperar a relação dialética entre Estado-sociedade civil é tarefa que se impõe a todos aqueles que acreditam na construção de um novo projeto societário.

Palavras-chave: Estado, sociedade civil, mercado, globalização.

A bstract

Complexification, diversification and fragmentation of the forms of manifestation of the State and of the civil society have emerged as the topic of great debates and concerns in the contemporary scenario. Such categories, expression of the capitalist development of the last decades, have come to be used both to strengthen the political participation of society and to justify the neoliberal adjustment programs in the diverse governmental agendas and to depoliticize the actions of the major historical figures who functioned as vectors of social unification. Recuperating the dialectical relationship between State and civil society is a task imposing itself on everyone who believes in the construction of a new societal project.

Key words: State, civil society, market, globalization.

Ivete Simionatto

Doutorado em Serviço Social pela PUC-SP.

Pós-Doutorado no European University Institute – Florença – Itália.

Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

As três últimas décadas do século XX, marcadas por mais uma crise cíclica do capitalismo, (re)colocaram em cena o debate sobre a globalização, enquanto fenômeno que prometia conquistas de bem-estar social, econômico e político para todos os povos e nações. Instituída enquanto processo universal, inclusivo e homogeneizador, a globalização fortaleceu-se e se impôs como caminho único e indispensável aos Estados nacionais no acesso às transformações tecnológicas em curso no mundo e ao ingresso à “modernidade capitalista”. Valores como democracia, direitos e cidadania foram substituídos pela preocupação voraz com a estabilidade econômica e pela lógica imperativa dos mercados. No mundo todo, mas principalmente na periferia capitalista, a globalização, reduzida a um crescente processo de financeirização, passou a interferir na autonomia e soberania dos Estados-nacionais, intensificando os problemas relativos à governabilidade e transfigurando a abertura e a liberalização dos mercados em “verdadeiros simulacros” da democracia.

Essa tendência, relacionada diretamente aos processos macropolíticos, além da criação de uma nova forma de organização do trabalho e da economia, determina a formação de novos pactos e consensos entre capitalistas e trabalhadores, uma vez que o controle do capital incide não somente na extração da mais-valia, mas também no consentimento e na adesão das classes à nova ideologia. Em outros termos, um conjunto de fatores, tanto no âmbito objetivo quanto no subjetivo, redefine a correlação de forças entre as classes, colocando em jogo novos padrões e formas de domínio no campo econômico, necessários à reestruturação do capital, e ainda a necessidade de socialização de novos valores e regras de comportamento, de modo a atender tanto a esfera da produção quanto a da reprodução social.

O capital, em sua metamorfose flexível e fragmentada, invade a vida íntima dos indivíduos, através da acentuada mercantilização da satisfação de necessidades, valendo-se dos avanços tecnológicos nos sistemas de comunicação, da microeletrônica, da informática ou da mídia em geral, que hoje eliminam as barreiras da distância, permitindo interconexões regionais e globais, em tempo-real, que impregnam os modos de ser, agir e pensar dos indivíduos sociais. Assim, sob o manto da ideologia globalizante, fortalece-se a “cultura de massas” – ou, no dizer de Adorno e Horkheimer, a “indústria cultural” –, destinada a criar atitudes e comportamentos adequados à ordem capitalista. Intensificam-se as formas de alienação, expressas por Lunghini (2001, p.80) como “perda de subjetividade, como consumo em sentido forte (isto é a situação em que o consumidor é servo antes que soberano)”. “o triunfo da televisão comercial emerge em primeiro lugar, provocando o esfacelamento da participação política” (PUTNAM, 2002, p.37). A formação da consciência crítica acaba cedendo lugar a uma “concepção de mundo ‘imposta’ mecanicamente do ambiente exterior”, que, “passiva e servilmente”, torna-se “a marca da própria personalidade” (GRAMSCI, 2000, p. 93-94). No contexto da vida pública, ocorre a integração recíproca entre Estado, sociedade e mercado, o que requer profundas transformações que ultrapassam o campo meramente econômico, incidindo nas esferas social, política e cultural, e, portanto, na construção de novas relações entre indivíduo e sociedade.

Essa “nova” cultura, produzida pela ordem burguesa internacional, assentou-se, principalmente entre os anos 1980 e 1990, na implementação de reformas neoliberais, desqualificadoras tanto do liberalismo democrático quanto das possibilidades de construção do projeto socialista (NOGUEIRA, 2001). Seus pilares fundamentais centraram-se nos ajustes econômicos, materializados na apologia da

privatização e da supremacia do mercado, na cultura anti-Estado, na conclamação da sociedade civil e das classes subalternizadas à adesão a essa lógica, desqualificando a política e a democracia.

A cultura anti-Estado

O estudo das relações entre Estado e sociedade sempre foi um tema onipresente na esfera do pensamento político. Partindo do liberalismo clássico, que durante os séculos XVIII e XIX assentou-se no Estado mínimo – com a ausência de ações efetivas de intervenção social, chegamos ao século XX com um modelo de Estado que, transformando-se gradativamente, ampliou suas relações com a sociedade, mediante um intenso processo de socialização da política ancorado no sufrágio universal, no surgimento dos partidos e sindicatos de massa, que abriram espaço para a participação das classes trabalhadoras na defesa de seus direitos e na formação da esfera pública.

Consolidado entre o pós-Segunda Guerra e os anos 1970, através do *welfare state* e da política keynesiana, esse modelo de Estado, ainda que atrelado às estratégias capitalistas, proporcionou a oferta de bens e serviços de natureza pública e de reconhecimento dos chamados direitos sociais de caráter universal, nos limites da democracia burguesa. Sob o paradigma da fábrica fordista, ao Estado atribuiu-se a função de promotor do bem-estar econômico e coletivo, conferindo-lhe legitimidade na intervenção tanto no terreno produtivo, regulando o capital privado, quanto no terreno da distribuição dos lucros, em atendimento às demandas e necessidades não satisfeitas pelo mercado e pela iniciativa privada. Assim, se tal paradigma significou uma forma específica de organização e disciplinamento do trabalho e incremento da produção, também proporcionou, por outro lado, a agregação de grandes

massas trabalhadoras, favorecendo a construção de uma consciência coletiva (BARCELLONA, 1998).

A crise estrutural do capitalismo, que se espalhou pelo mundo a partir da década de 1970 e particularmente nas décadas seguintes, deflagrou, no entanto, alterações significativas nos campos social, econômico e político, tanto nos países centrais quanto nos periféricos, provocando o rompimento do pacto fordista-keynesiano e a emergência de novas articulações entre economia e sociedade. As respostas do capitalismo à própria crise articularam-se em torno de um movimento de ajuste global, com políticas macroeconômicas voltadas a um amplo processo de reordenamento em âmbito internacional, a partir de dois movimentos: a reestruturação produtiva, fundada na reorganização do mundo do trabalho e das forças produtivas em função dos impactos da Terceira Revolução Industrial, e as alterações no âmbito do Estado, através do questionamento de seu papel regulador e interventor, obstáculo ao livre desenvolvimento das forças do mercado, o que originou uma ampla e profunda revisão de suas funções, com medidas de cunho administrativo, econômico e ideológico.

No plano administrativo, as alterações exigiram orçamentos estatais equilibrados, redução dos gastos públicos e reforma tributária (com impostos voltados ao consumo e não à propriedade e ao lucro). No âmbito econômico, indicou-se a necessidade da ampliação de capitais excedentes no mercado mundial, com taxas de juros favoráveis à captação de capitais ociosos, da fixação cambial estável e alta em relação ao dólar e da abertura comercial. Já na esfera ideológica, impôs-se a ótica da iniciativa privada em todas as políticas sociais e reformas institucionais, reafirmando-se os direitos da propriedade individual e erodindo-se os modelos de proteção social construídos no âmbito do *welfare state*.

Do paradigma fordista, assentado na capacidade do poder estatal enquanto promotor do desenvolvimento econômico e social, passou-se à política do reformismo, dominada pela “estratégia de acumulação” (SOUZA SANTOS, 1998), que buscou articular de forma mais íntima e direta as relações entre Estado e mercado, submetendo as funções e papéis estatais às interdependências da lógica mercantil.

O processo reformista, que nos países centrais deu-se mediante o desmonte das conquistas do *welfare state*, nos países periféricos ocorrerá através do questionamento e da revisão do Estado burocrático-desenvolvimentista. Na América Latina, o esgotamento dessa forma de Estado e a adesão dos países ao *Consenso de Washington* – braço político das reformas –, desencadearam as reformas de ajuste estrutural, desregulamentando a economia, suprimindo sua função reguladora, substituindo-a pelo jogo do livre mercado, com a promessa de que seu poder auto-regulador proporcionaria uma distribuição de renda mais racional. No entanto, a renúncia da função do Estado como agente econômico-produtivo favoreceu a privatização das empresas estatais, a redução do setor público e, conseqüentemente, de toda a máquina estatal (SOARES, 2000). O tema do Estado – suas dimensões, seu formato, sua redefinição para inserir-se na nova ordem econômico-mundial – foi perseguido como questão estratégica. A modernização econômica exigiu, assim, uma profunda reforma, de caráter privatizante e desregulamentador.

As agências de cooperação internacional, especialmente o Banco Mundial, articularam uma “aliança tecnocrática transnacional”, objetivando racionalizar os investimentos na esfera pública, diminuir o papel e o poder do Estado e fortalecer as ações de natureza privada. A reconstrução da esfera estatal tornou-se prioridade na agenda dos Estados nacionais, condição *sine qua non* para a obtenção de emprésti-

mos dos organismos internacionais, detentores da hegemonia no manejo dos recursos econômicos, sociais, políticos e simbólicos.

No Brasil, a implementação da reforma do Estado, iniciada nos anos 1990, estabeleceu, prática e ideologicamente, a idéia de “Estado mínimo”, denominado “Estado social-liberal”, revestida do enganoso discurso de que é “social porque continuará a proteger os direitos sociais e a promover o desenvolvimento econômico”, e

[...] *liberal, porque o fará usando mais os controles de mercado e menos os controles administrativos, porque realizará seus serviços sociais e científicos principalmente através de organizações públicas não-estatais, competitivas, porque tornará os mercados de trabalho mais flexíveis, porque promoverá a capacitação dos seus recursos humanos e de suas empresas para a inovação e a competição internacional* (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 17).

Os fundamentos dessa matriz neoconservadora de Estado, contudo, indicam claramente a mercantilização dos direitos sociais e não a sua defesa, a retração do Estado de direito conquistado com a luta das forças democráticas brasileiras, a instrumentalização dos direitos pela racionalidade econômica, o retrocesso na construção democrática e no exercício da cidadania.

Tal panorama começa a delinear-se, por fim, em todo o Ocidente democrático, onde, conforme observa Ravaioli (2002, p. 22), vem acontecendo a

[...] *crescente subalternidade da política à economia, a sua ‘mercantilização’, a sua aquiescência às prioridades do mercado e sua ‘compatibilida-*

de' à redução dos direitos do trabalho, determinando a sensível perda de poder dos Estados nacionais em relação aos impérios econômicos transnacionais [...] que é o sintoma e pressuposto de um evidente processo de esfacelamento dos valores democráticos (grifos do autor).

Destituído de seu caráter público, o Estado vem sendo cada vez mais substituído por frações da sociedade civil, articuladas em torno de uma oligarquia financeira globalizada, que busca garantir seus interesses ampliando os canais e as instituições capazes de aglutinar seus projetos, o que lhe confere uma hegemonia político-econômica assegurada pela *performance* atual do capitalismo. As regras do chamado “ajuste econômico”, expressão das políticas neoliberais, vêm promovendo, a “morte pública” do Estado, desqualificando-o enquanto esfera de representação dos interesses das camadas de classes subalternizadas e o seu máximo fortalecimento na representação dos interesses das elites econômicas. Com uma fúria jamais vista, fortalecem-se os procedimentos voltados a um verdadeiro desmonte da esfera pública, mediante a privatização dos mais elementares bens e serviços, sob o propalado discurso da necessidade de reduzir o déficit público. Construiu-se um consenso sobre a gestão estatal ineficiente, a necessidade de sua descentralização, a debilidade das instituições, a fim de proteger a cidadania das ameaças que nascem de sua fraca capacidade em velar pelos direitos fundamentais. Tornou-se imprescindível, para tal, criar condições de estabilidade macroeconômica, através das políticas fiscal e monetária, sustentadas pelo desenvolvimento econômico e propaladas como necessárias para proporcionar serviços públicos de saúde, educação, cultura, segurança interna e externa.

Supérfluo, inepto, ineficaz, ineficiente, responsável pelo déficit público – são

alguns dos adjetivos mais comuns a integrar o discurso forjador da crise estrutural do Estado e fomentador da cultura que distorce e destrói a necessidade de sua existência. No interior desse discurso fortaleceu-se a dicotomia entre “público” e “privado”, caracterizando-se por público tudo o que é ineficiente, aberto ao desperdício e à corrupção, e, por privado, a esfera da eficiência e da qualidade. A coerção das nações hegemônicas sobre as chamadas “elites domésticas” tem ocorrido mediante a incorporação e a internalização de tais normas e valores e de sua aceitação como fenômenos naturais. São elas que definem e direcionam o comportamento e a agenda dos governos nacionais e a escolha das políticas a serem desenvolvidas.

Cristaliza-se, assim, uma cultura anti-Estado que cimenta a necessidade de privatizar bens e serviços de natureza pública, apropriados pelas empresas privadas como fontes de novos lucros. Em todos os países, mas eminentemente nos periféricos, sob o credo da privatização, liquidou-se o patrimônio nacional, chegando-se a situações em que as muitas dívidas das empresas privadas foram assumidas pelo próprio Estado, numa surpreendente inversão de papéis. O poder político passa a ser pensado sob a ótica do poder econômico, estabelecendo-se um vínculo orgânico dos agentes políticos com o capital, base material de sua sustentação. Elaborou-se, construiu-se e sedimentou-se uma verdadeira cultura de concordância e de consentimento à privatização, pilar fundamental da nova *market society*.

A soberania do mercado passa a negar a necessidade de decisões políticas, que são precisamente as que dizem respeito aos interesses coletivos, contrapostas aos de natureza particular. A participação na política é substituída pela participação no mercado que se apresenta como o “lugar da realização da teodicéia da felicidade”, para utilizar a feliz expressão de Losurdo (1994, p. 22), inspirada em Max Weber. O consumidor

toma o lugar do cidadão, e todos nos tornamos “cidadãos-clientes”. As empresas privadas e o mercado transformam-se nas instituições basilares por excelência no desenvolvimento das atividades sociais e coletivas. Saúde, educação, justiça, defesa, ordem pública, tornam-se bens privados parametrados pelo cálculo numérico e pelo *quantum* do PIB a ser destinado à sua manutenção.

Para Liguori, (1998, p.50).

[...] segundo a ideologia neoliberal da era da globalização, os Estados são ou estão se tornando ininfluente e supérfluos, os governos também, enquanto os partidos e a política não tem futuro algum. Fim do Estado nação, portanto: a globalização e a transnacionalização da empresa teriam definitivamente deslocado o Estado, teriam acabado com a política entendida como esfera autônoma, mesmo que não separada. A bola volta à sociedade: são os atores sociais que devem retomar em suas mãos o próprio destino. O welfare state acabou. Mas, para alguns, em breve, também acabará totalmente o Estado, arrasado pelo mercado mundial.

Sob tais premissas delineiam-se as reformas do Estado, através de uma proposta de “welfare compatível”, ou seja, tecnocrático, baseado em critérios monetários, articuladas na Europa mediante o Tratado de Maastrich e na América Latina através das orientações do Banco Mundial, isto é, de atores políticos que cimentaram as bases do novo pacto, difundindo uma proposta política em que a estabilização monetária instituiu-se como critério de legitimação. Conforme Barcellona (2000, p. 114),

Assistimos assim à formação de uma espécie de novo senso comum transnacional, que consiste no princípio regulativo da compatibilidade entre as expectativas e táticas que podem ser adotadas para neutralizar qualquer busca de mudança radical.

Analisando o cenário europeu, Giorgio Barata (2000, p.193) escreve:

[...] a questão atual – que perpassa também a difícil união européia – é se o processo econômico e social deva ser lido em uma ótica monetária e neocorporativa, como realidade fundamentalmente administrativa e financeira, ou como questão acima de tudo, produtiva e política, portanto, também cultural. Raramente, como nesse período, aparece em todo o seu esplendor a centralidade da economia. E cada vez é mais virulenta a cilada do economicismo. E complementar ao economicismo é o ocultamento do discurso político, a banalização dos problemas do Estado, da democracia, da sociedade civil. Aflora, portanto, a necessidade de redefinir os termos da luta hegemônica.

As relações Estado/sociedade, nesse contexto, elidem a formação de uma cultura que substitui a relação estatal pela livre regulação do mercado.

A classe burguesa busca eliminar os antagonismos entre projetos de classe distintos, no intuito de construir um “consenso ativo”, em nome de uma falsa visão universal da realidade social. Procede-se, desse modo, a uma verdadeira “reforma intelectual e moral”, sob a direção da burguesia, que, em nome da crise internacional do capital, consegue socializar uma “cultura da crise”, transformada em base material do consenso e, portanto, da hegemonia. Reafirma-se, nesse sentido, a hegemonia burguesa, na medida em que uma determinada visão de mundo converte-se em senso comum, tornando-se o alicerce de um novo bloco histórico.

O desmonte e a privatização do Estado materializam-se, assim, em primeiro lugar, no âmbito da subjetividade. Através da globalização da cultura de massa e da mídia, desenvolveu-se um amplo processo no modo de pensar das classes, conferindo-se legitimidade ao ideário neoliberal, que, conforme expressa Barcellona (1998), tem uma incidência fortíssima no imaginário coletivo, destruindo os afetos e as relações sociais e representando o indivíduo de forma singularizada e sem vínculos com a coletividade. É nesse patamar que ocorre

[...] a ‘cisão’ entre produção e necessidades, e produz as condições para invadir cada critério de juízo, cada âmbito de vida, neutralizando a política e o conflito social.

Esse discurso genérico produz efeitos imediatos no campo prático-operativo, uma vez que as ações desenvolvidas para a recuperação econômica são de natureza transclassista, ou seja, beneficiam a todos sem distinção. No entanto, do ponto de vista político, essa estratégia também reforça a subalternidade das camadas de classe mais vulneráveis, obstaculizando a possibilidade de as mesmas elaborarem uma visão de mundo de corte anticapitalista e articular alianças em defesa de seus

próprios interesses. A abstrata idéia de uma crise de caráter universal tende a prevalecer e a difundir-se por toda a sociedade, determinando,

[...] além da unidade econômica e política, a unidade intelectual e moral, mediante um plano [...] ‘universal’, criando, assim, a hegemonia de um grupo social fundamental sobre os grupos subordinados (GRAMSCI, 2000, p. 41).

Produz-se, dessa forma, uma cultura de passividade e de conformismo que incide diretamente no cotidiano das classes subalternas, reforçando o corporativismo e as ações particularistas, em detrimento de projetos de natureza coletiva.

Na medida em que tais pressupostos se universalizam, transfere-se para as classes dominantes uma “poderosíssima ferramenta de controle político e social” (BORON, 1995, p. 95), convertendo-se o capitalismo na organização econômica final da história. A classe dominante legítima, assim, sua ideologia, uma vez que detém a posse do Estado e dos principais instrumentos hegemônicos (organização escolar, mídia), “lugar constituinte dos valores sociais e garantia de sua reprodução” (VIANNA, 1991, p. 155), e ainda do poder econômico, que representa uma grande força no seio da sociedade civil, pois, além de controlar a produção e a distribuição dos bens, organiza e distribui as idéias. As superestruturas dessa ideologia ganham materialidade e se reatualizam, a fim de defender e manter um certo tipo de consenso dos aparelhos de hegemonia em relação a seus projetos, legitimados por via democrática. A transformação da objetividade burguesa em subjetividade e sua naturalização na sociedade expressam-se através de um “movimento molecular”, que, conforme indica Badaloni (1991, p.109),

[...] envolve indivíduos e grupos, modificando-os insensivelmente.

velmente, no curso do tempo, de modo tal que o quadro de conjunto se modifica sem a aparente participação dos atores sociais.

O critério analítico da “revolução passiva”, combinado com o “transformismo” ou “modernização conservadora”, adotado por Gramsci para interpretar o *Risorgimento* italiano, pode ser utilizado no exame crítico das reformas do Estado, que vêm se concretizando “na superfície das coisas”, como experiências destituídas de elementos capazes de possibilitar o encaminhamento de verdadeiras transformações e reformas profundas. As mudanças que até então vêm ocorrendo indicam

[...] uma sucessão de ondas reformistas nas quais a movimentação social se combina com fortes intervenções ‘pelo alto’ (NOGUEIRA, 1998, p. 271).

Num verdadeiro processo de contra-revolução. Isentas de qualquer discussão democrática e excluindo a participação popular, tais reformas consagram o “Estado hobbesiano”, cujas funções redimensionam-se de acordo com as regras da ideologia e da prática neoliberalis.

No rastro dessa “nova forma de fazer política”, boa parte da esquerda também passou a aderir

[...] a um reformismo adaptativo, dificilmente diferenciável da fúria reformadora neoliberal. A parte que ainda resiste e mantém a combatividade não consegue ir muito além de uma retórica radical a meio caminho do clamor ético-moral e da fraseologia marxista-leninista [...] a idéia mesma de reforma – patrimônio do melhor socialismo – parece hoje muito

mais um atributo do neoliberalismo do que da prática política de esquerda, que é levada a ser defensiva quando está na oposição e a gerenciar o capitalismo quando chega ao governo (NOGUEIRA, 2001, p.143).

Tal processo de reforma, assentado na privatização do público e no enxugamento do Estado, está intrinsecamente relacionado à rearticulação de novas ideologias na esfera da sociedade civil, transformada na única possibilidade para a fruição dos direitos sociais e o atendimento das demandas e necessidades não satisfeitas pela esfera pública e pelo mercado. Esvaziada de qualquer projeto político, tornou-se o *locus* da realização da solidariedade, mas também da tutela e do assistencialismo, onde os projetos das elites econômicas sobrepõem-se aos das classes subalternas.

A despoltização da sociedade civil: novos consensos e novas subalternidades

O enfrentamento da chamada crise estrutural do Estado, em todos os países, tem-se articulado a partir de pelo menos três perspectivas: a importância do papel do Estado, não apenas como regulador, mas como produtor e prestador de serviços; o fortalecimento do mercado e a redução da intervenção estatal; e a constituição da esfera pública não-estatal, situada entre o Estado e o mercado, trazendo à cena novas abordagens sobre a teoria da democratização, sendo a sociedade civil uma categoria privilegiada de análise.

No contexto da sociedade civil e das ações políticas coletivas, uma vasta literatura foi produzida, reconstruindo historicamente conceitos clássicos sobre a constituição das sociedades modernas. Com base nas teorias clássicas

sobre a sociedade civil, desde Hegel, através do associacionismo, passando por Rousseau, com a idéia de contrato social, pelo liberalismo de Locke, mediante a separação entre Estado e sociedade civil, por Marx, com a crítica à sociedade burguesa e a compreensão da sociedade civil como lugar das relações econômicas, até Gramsci, com a afirmação da sociedade civil como conjunto de relações sociais da vida em sociedade e espaço de construção da hegemonia (COUTINHO, 1994), outros pensadores buscam mostrar como, no contexto das transformações econômicas, políticas e culturais da sociedade contemporânea, os paradigmas fundamentais das teorias da democracia social e política encontram-se em meio a um intenso processo de afirmação-negação.

O retorno ao debate sobre a sociedade civil, conforme indica Liguori (1998, p. 54), aparece vinculado tanto a tendências de esquerda quanto de direita neoliberal, ambas centradas na crítica do político, tendo como *leitmotiv* a própria globalização. Identifica-se, de um lado,

[...] a versão de direita neoliberal, em sentido estrito, que põe no centro do próprio universo os ‘espíritos animais do capitalismo’

e, de outro,

[...] uma versão de esquerda, que pretende garantir os direitos e ampliar a cidadania, mas que – precisamente no momento em que se põem como centrais tais categorias – defende (às vezes inconscientemente) uma visão propriamente liberal (e de fato também liberista).

Alerta ainda Liguori que, na passagem dos anos 1970 para os anos 1980, a cultura de esquerda vai substituindo sua leitura da realidade baseada na di-

visão da sociedade em classes pela temática da cidadania e dos direitos sociais – fundamento tanto das novas formas de expressão da sociedade civil quanto do próprio ideário neoliberal (LIGUORI, 1998, p. 54). Essa perspectiva prossegue nos anos 1990, face às crescentes investidas na destituição do Estado de direito e no cancelamento de direitos fundamentais conquistados pelas classes trabalhadoras ao longo de sua história, provocando um retrocesso em termos de cidadania.

Frente a este processo de ameaças constantes e de perdas significativas impostas pelo modelo econômico-social neoliberalista, o campo de lutas passou a fundamentar-se, muitas vezes, numa visão idílica do capitalismo, com movimentos contraditórios, resumindo-se, no limite, às conquistas sociais e econômicas do período pós-Guerra, através do *welfare state*. O declínio do mundo constituído no horizonte destas conquistas e a ruptura do compromisso assumido pelos governos no aumento dos gastos públicos para atendimento dos direitos de cidadania, com o correspondente desenvolvimento da produção e da ocupação, juntamente às exigências da ortodoxia neoliberal, fortaleceram, progressivamente, a ideologia do Estado mínimo, consagrando o (re)surgimento de novas (velhas) categorias de intervenção e de introdução de mecanismos institucionais frente o agravamento da “questão social”, deslocada agora da esfera estatal para a sociedade civil e o mercado. Nesse cenário, aparecem como tema privilegiado no debate sobre Estado e sociedade civil as idéias do “cooperativismo civil”, também chamado “associação do terceiro setor”, cujas práticas traduzem-se nas “ações sociais” das empresas privadas, no trabalho voluntário de cidadãos e nas organizações do poder público privatizadas na forma de fundações ou de “organizações sociais” de caráter não-governamental.

No âmbito teórico-político, várias análises indicam que a construção des-

sa esfera pública não-estatal, em torno de entidades e movimentos sociais de caráter não governamental, não-mercantil e não-partidário, pode promover a articulação entre público e privado como novas formas de representação e de alternativas de desenvolvimento democrático para a sociedade. As organizações da sociedade civil que cumprem funções públicas estariam contribuindo para o surgimento de uma prática inovadora na relação Estado/sociedade, sendo precursoras de uma nova institucionalidade. O Estado, o mercado, as corporações e os partidos políticos já não seriam suficientes para ampliar a esfera pública como um todo, e somente um espaço social-público emergente poderia, de fato, reformar e democratizar o Estado e as demais instituições. Se o modelo de Estado centrado no neoliberalismo transfere para o mercado questões sociais antes assumidas pelo próprio Estado, e se a função do mercado não é a redistribuição de renda ou a prestação de serviços sociais, recai nas mãos da sociedade civil, ou da esfera pública não-estatal, o encaminhamento de soluções para esta problemática (VIEIRA, 1999).

Nessa linha de raciocínio, mas remetendo-se à esfera do trabalho, Jeremy Rifkin (1995) aponta que essa nova relação Estado-sociedade, a partir da constituição da esfera pública não-estatal, apresenta-se como a única saída para a atuação das sociedades, face ao desemprego estrutural presente em todo o mundo. O terceiro setor, além de constituir-se numa alternativa ao Estado na oferta de bens e serviços sociais, apresenta-se como espaço de assimilação da parcela de mão-de-obra expulsa do mercado formal de trabalho.

Cohen e Arato (1994) situam os chamados novos movimentos sociais como expressão do terceiro setor, configurando uma sociedade civil ao lado do Estado e do mercado. A sociedade civil, para os autores, seria composta pela pluralidade de movimentos

auto-organizados e suas atividades associativas articulariam o espaço público por meio de ações normativas e de controle dos subsistemas político e econômico. De forma semelhante, Habermas (1998), em sua Teoria da Ação Comunicativa, destaca as dimensões da liberdade e da intermediação comunicativa na formação da vontade pública. Tanto Habermas quanto Cohen e Arato compreendem a sociedade civil como elemento moderador entre Estado e mercado, e suas reflexões incidem no campo da comunicação intersubjetiva, com destaque para o solidarismo e os elementos culturais do “mundo da vida” (SEMERARO, 1999).

Outra corrente de pensamento com destaque no debate sobre a sociedade civil é a articulada em torno das tendências comunitaristas. Nascida nos Estados Unidos, tal tendência critica o individualismo e ressalta a importância dos vínculos familiares, comunitários e solidários dos homens perante a sociedade a que pertencem. Valores como “bem comum”, “solidariedade” e “reciprocidade” ganham relevância em relação à política e às estruturas econômicas. O pertencimento coletivo só pode ser reconhecido a partir das identidades privadas, cuja relação com a esfera pública deve ocorrer sem mediações.

Autores mais ligados às tendências de esquerda, como Kurz (1995) e Bauman (1999), apontam que, não obstante a sociedade civil constitua-se no terreno decisivo para a construção de uma nova hegemonia, a complexa rede de novos movimentos e organizações societários, ainda que denunciando as tradicionais práticas políticas, as estruturas burocrático-administrativas e os limites do poder econômico e político, termina por instaurar um esvaziamento da sociedade política e um superdimensionamento da própria sociedade civil. Para tais autores, a atual forma de organização do Estado, mesmo que possibilite a abertura de espaço para a expressão de atividades au-

tônomas, de caráter voluntário e local, não deixa de fortalecer o aparecimento de instituições com características privatistas, que destituem o Estado de seu caráter público, desqualificando-o enquanto esfera de representação dos interesses das classes subalternizadas.

No contexto das transformações contemporâneas, outros debates apontam para a superação de categorias analíticas clássicas no âmbito da economia e da política. Após a queda do Muro de Berlim e o fim do bloco socialista dos países do Leste Europeu, os sistemas de referência anteriormente construídos teriam dado lugar ao início de uma nova história e de uma nova cartografia sociais:

[...] *em lugar das sociedades nacionais, a sociedade global. Em lugar do mundo dividido em capitalismo e socialismo, um mundo capitalista, multipolarizado, impregnado de experimentos socialistas* (IANNI, 1993).

Ao lado da perspectiva meramente econômica da globalização, buscou-se chamar a atenção para um conjunto de forças sociais preocupadas com a criação de uma sociedade civil articulada por movimentos transnacionais.

O movimento *non-global*, surgido a partir de Seattle, passando por Praga, Washington, Melbourne, Nice, Genova, pelos Fóruns Sociais Mundiais realizados em Porto Alegre e Bombaim e os Fóruns europeus em Florença e Paris, tem sido apontado como expressão dessa tendência, e vem buscando fortalecer-se na contracorrente da globalização econômica. Apesar de não se configurar como o renascimento da sociedade civil portadora de um projeto universal, vem se instituindo como amplo espaço de contestação, de rediscussão da esfera pública e dos valores democráticos. Ainda que caracterizado mais por ações de protesto e ativismo civil, por idéias difusas, fluidas e heterogêneas,

apresenta-se como fenômeno indubitavelmente novo no horizonte de um presente/futuro que pode ser pensado enquanto potencial político na discussão das relações nacional/internacional e na construção de um projeto de contra-hegemonia.

Pode-se afirmar, no entanto, que é a partir dos fundamentos do projeto neoliberal que se intensifica, nos anos 1990, nos planos teórico e prático-político, uma conformação de sociedade civil com legalidade e institucionalidade próprias, situada entre o Estado e o mercado.

Ao se caracterizar o Estado como ineficiente e ineficaz na prestação de serviços sociais públicos, elegeu-se a sociedade civil como um novo campo de possibilidades para a intervenção na área social.

A alteração do compromisso do poder público, nesse contexto, envolve, além dos aspectos jurídicos e institucionais, os de natureza cultural e valorativa, na medida em que se apresenta intrinsecamente relacionado à rearticulação de novas ideologias na esfera da sociedade civil.

Nesse cenário florescem grupos, associações e cooperativas voltados à assistência de necessidades e à tutela de direitos. No âmbito normativo, as legislações governamentais promovem e destacam o papel do privado e prefiguram a ampliação ulterior do mercado, dos serviços destinados à pessoa, com as vantagens de dedução dos investimentos do imposto de renda. Vive-se hoje

a retórica da solidariedade e do social, presente na linguagem cotidiana, na cultura difundida, no discurso da mídia, retornando-se à velha oposição entre sociedade e instituições – entre uma sociedade civil generosa, portadora da solidariedade, em contraponto a instituições públicas incompetentes. Tais associações, principalmente as de natureza empresarial, vêm desenvolvendo ações que buscam privatizar e filantropizar o que antes era objeto de políticas sociais públicas, ações que exatamente negam a polis e a universalidade, posto que se dirigem a grupos especiais e privatizam o público, sempre às expensas do imposto de renda, do qual são abatidos os gastos filantrópicos (OLIVEIRA, 2000).

Para Ranci (1999, p. 14), a sociedade civil, nos marcos do neoliberalismo, é constituída como “o reino da liberdade”, o lugar em que os indivíduos e suas associações possam constituir-se e crescer em plena autonomia, mediante a passagem das “virtudes privadas” para as “virtudes cívicas”, como possibilidade de estabelecer-se uma esfera pública autônoma do Estado. São instituições que se investem de uma responsabilidade pública direta, operando por si mesmas, com a marca da tradição privatista e antiestatal, permeadas por um discurso profético e salvacionista. Mas seu virtuosismo “democrático” aparece preso a seu próprio particularismo, e na maioria das vezes não se funda em formas democráticas.

A redefinição conservadora das relações entre Estado e sociedade civil suprime o espaço da política, da possibilidade de invenção e construção de um projeto de sociedade radicalmente democrático. Ocorre, assim, um progressivo esvaziamento da sociedade civil, encarnada agora no terceiro setor, com fortes apelos no plano da subjetividade abstrata, em que valores como família, solidariedade, fraternidade e parceria ganham destaque, num verdadeiro processo de

“americanização tardia”. Os grandes atores sociais são reduzidos a indivíduos, à ação de grupos voluntários e de organizações sociais, que operam numa esfera intermediária entre Estado e cidadãos particulares, neutralizando a tessitura democrática que se constrói na interface entre sociedade política e sociedade civil.

As formas coletivas de organização e representação têm sido erodidas através de um progressivo processo de esvaziamento e fragmentação de suas protoformas de luta e de seus referenciais políticos de classe. Despolitiza-se o trabalhador, principalmente através do alardeamento da “ideologia do medo”, pelo fechamento de inúmeros postos de trabalho e pela desmontagem das formas jurídicas de resolução dos conflitos trabalhistas, extinguindo garantias e direitos conquistados. Despolitiza-se, também, a camada de classe desempregada, que, expulsa do mercado formal de trabalho e dos benefícios do Estado social, torna-se, juntamente com os “capitalistas”, inimiga potencial dos movimentos organizativos de sua própria classe.

Tal fragmentação sorratamente destrói as possibilidades de construção de uma “vontade coletiva”, de um momento “ético-político”, trilhando o caminho de volta para o que Gramsci denominou de momento “econômico-corporativo”. A nova hegemonia fragmenta os sujeitos coletivos, tanto do ponto de vista material, quanto do político-cultural, através de valores particulares e individuais que desorganizam as classes em relação a si mesmas e as articulam organicamente ao ideário do capital. O “pertencimento” de classe cede lugar ao individualismo, ao “desencantamento utópico”, à proliferação de teorias do fragmentário, da heterogeneidade, do aleatório, reforçando a “alienação e reificação do presente” e provocando um estilhaçamento dos modos de representação (JAMESON, 1996).

As estratégias de desmonte das organizações coletivas são enfeixadas no discurso enganoso sobre a sociedade civil, remetendo-se a esta a responsabilidade no encaminhamento de projetos, a fim de dar conta dos complicadores das novas manifestações da “questão social”. Enquanto prestadoras de serviços comunitários, sob a tutela do Estado e submetidas a critérios muitas vezes ideológicos para a obtenção de verbas, as organizações da sociedade civil passam a constituir-se como instrumentos políticos do poder. A sociedade civil, entretanto, é aqui compreendida ao avesso do sentido que lhe foi conferido por Gramsci (2000, p. 244) – Estado é “sociedade política + sociedade civil” –, na medida em que aparece deslocada da esfera estatal e atravessada pela racionalidade do mercado, tornando-se, em última instância, espaço de articulação dos interesses de instituições privadas que controlam o Estado e negam a existência de projetos de classe diferenciados. Tomada em sentido transclassista, é convocada, em nome da cidadania, a realizar parcerias de toda ordem, sendo exemplares os projetos filantrópicos desenvolvidos pelo voluntariado, expressão contemporânea do assistencialismo, e pela iniciativa privada, em face das novas carências humanas. O Estado, tal como escreve Gramsci (2000, p. 34), cria “um corpo de funcionários mais ou menos voluntários e desinteressados”, representados hoje por movimentos sociais difusos e “especialistas da atividade privada”, que acabam por controlar grande parte do aparato estatal. Conectado a essas múltiplas formas de organização de modo tecnocrático, o Estado assimila-as para si, buscando organizar e educar o consenso, transformando a participação num processo burocrático, totalmente esvaziado de conteúdo político. “É sobre este terreno” – alerta Gramsci –

[...] *que a adesão orgânica das massas populares-nacionais ao Estado é substituí-*

da por uma seleção de ‘voluntários’ da ‘nação’ concebida abstratamente.

A crítica ao voluntarismo feita por Maquiavel e retomada por Gramsci (1975, p.1980) é plena de atualidade, pois, enquanto não for transformado em

[...] *fato ‘popular-nacional’ de massa [...], o voluntarismo é solução intermediária, equivocada e tão perigosa quanto o mercenarismo.*

O Estado assume, aqui, a função de mentor de uma estratégia governamental que visa a garantir institucionalidade às organizações não estatais, através da implementação de um projeto político pautado no pragmatismo das leis do mercado, que vai sendo legitimado pela sociedade. Os problemas sociais passam a ser tratados sem as mediações institucionais e políticas, com o objetivo de tornar o Estado mais eficiente, mas também menos atuante socialmente, menos participativo e menos democrático. Como tão bem expressa Barata (2000, p. 193), “não existe mais mediação: e assim não há mais lugar para uma luta de hegemonias contrastantes”, reafirmando-se a idéia corrente do pensamento único. Os interesses universais e de classe são substituídos por objetivos grupais e específicos, em reformas pontuais e lutas cotidianas da política localizada, esvaziando a perspectiva de avanço na totalização dos processos sociais. Aparentemente desencarnadas do Estado e centradas em questões particulares e localistas, tais lutas acabam por ceifar análises mais abrangentes relativas ao próprio sistema econômico e à totalidade social, de tal forma que a antecipação do “concreto” é substituída pelo “meramente particular”. Na maioria das vezes são práticas que pouco interrogam, não desafiam e não modificam as orientações que hoje determinam as relações entre Estado e sociedade.

Conforme escreve Gramsci (2000, p. 264-5), “os elementos cada vez mais numerosos” da sociedade civil não têm significado o fim da alienação, mas antes espaços de novos conformismos. A sociedade civil está em movimento, “mas em um movimento caótico e desordenado, sem direção, isto é, sem uma precisa vontade política coletiva”. O esmaecimento dos processos de luta de dimensão global é meta prioritária das elites, cuja intencionalidade primeira é reduzi-los a questões meramente particulares, desligadas da totalidade social.

As lutas das minorias, do acesso a terra, moradia, saúde, educação, emprego, hipertrofiam-se em um turbilhão de demandas fragmentadas, facilmente despolitizadas e burocratizadas pelo próprio Estado, situando-se naquilo que Gramsci denomina de “pequena política”, que engloba questões parciais e cotidianas e que precisa, necessariamente, vincular-se à “grande política” para a criação de novas relações. As expressões fragmentadas dos multiformes movimentos da sociedade civil na realidade atual, embora tragam como marca a luta contra as diferentes formas de exploração e exclusão, ainda encerram em si a impotência na congregação dos diferentes interesses particulares em interesses universais.

É esse o patamar que vem embasando a ideologia dos grupos dominantes, os quais conseguem abranger, num projeto totalizador, a sua vontade como sendo a mesma dos grupos subalternos. A hegemonia é reconstruída, assim, através da imagem abstrata de universalidade repassada pelo Estado, que esfacela ainda mais o ponto de vista dos segmentos subalternizados, despolitizando-os, fragmentando suas formas de expressão, de modo que suas lutas particulares não se articulem em vontades universais. O que era coletivo dissolve-se no singular e as massas permanecem no plano inferior, tornando-se cada vez mais incapazes de dominar as situações que as oprimem, de rom-

per com a licenciosidade que as mantém passivamente agarradas à pragmatidade e à imediatividade cotidianas.

Nesse contexto, atores políticos universais, como os partidos políticos e associações sindicais, são enfraquecidos e subestimados, ao mesmo tempo em que emerge um leque difuso de poderes capilarmente dispersos por toda a sociedade civil, instalados em todos os interstícios da vida social e cada vez mais distantes dos mecanismos da política moderna. Fortalecer essa micropolítica é fundamental, embora não na visão de interesses “econômico-corporativos”, mas como espaço de ampliação das relações entre Estado e sociedade, centradas na dimensão “ético-política” e nos interesses universais e coletivos. O dilema reside no esforço para que as lutas cotidianas não se restrinjam a reformas pontuais, desagregadas de um projeto totalizador, acabando por perder-se no vazio.

Nesse sentido, mesmo considerando-se as características heterogêneas e multifacetadas da sociedade civil, não sendo tomada aqui de forma generalizada, nem mesmo como o centro de todas as virtudes e mágicas soluções, de que forma é possível, a partir dela e de sua interface com o Estado, buscar o alargamento da participação nos processos decisórios e o bloqueamento das estratégias de destruição dos institutos de representação coletiva, mediante uma participação unitária de toda a coletividade? Como conciliar a pluralidade de referências identitárias rumo a uma identidade coletiva com participação política ativa? Como respeitar a autonomia desses sujeitos sociais, mantendo o sentido de pertencimento e de relação com o Estado, ou a esfera da “grande política”, no complexo contexto da sociedade contemporânea? Como congregar as inúmeras formas de sociabilidade que nascem a partir de baixo, que buscam interferir na esfera estatal, distanciando-se dos mecanismos do mercado? Como fortalecer a importância do “partido político” enquanto arti-

culador de interesses universais, cuja crise atual tem tornado cada vez mais tênues os seus vínculos com o conjunto da vida social? Como criar um novo tipo de Estado que supere a “contra-revolução” em curso e seja a expressão de uma revolução processual ou de uma “guerra de posição” no sentido gramsciano? Como conseguir que o conjunto plural das forças progressistas sejam capazes de fazer retornar o “pêndulo da história” para o campo da justiça, da igualdade e da democracia e fortalecer uma consciência “ético-política” necessária à criação de um novo “bloco histórico”?

Não se trata, portanto, de descaracterizar e minimizar a esfera da sociedade civil, enquanto portadora de valores democráticos, espaço de luta e de construção de projetos contra-hegemônicos. Trata-se de reconhecer, no seu processo de constituição histórica, os atores políticos e sociais empenhados na formulação de um projeto de sociedade capaz de superar os déficits de cidadania e democracia que caracterizam a atualidade. Trata-se igualmente de reconhecer que, nesse campo contraditório, a luta de classes não desaparece e as alianças continuam cada vez mais necessárias, mesmo manifestando-se de forma mais problemática, dadas as diferentes iniciativas políticas que ora perpassam os movimentos organizativos da sociedade civil, às vezes coincidentes, outras excludentes, bem como os novos padrões de sociabilidade, que não ocorrem, como indica Gramsci, somente no plano econômico-objetivo, mas também no ideológico-subjetivo, esfera onde se produzem e se mantêm as resistências aos impulsos de unificação da consciência humana.

Romper essa unidade ideo-política, posta pela lógica neoliberal, criticar essa concepção de mundo “imposta do exterior”, requer a elaboração de uma nova forma de pensar, crítica e coerente, viabilizadora de práticas sociais não de modo abstrato, e sim concreto: com base no

real e na experiência efetiva, “mediante modificações nos modos de pensar, nas crenças, nas opiniões” que “não ocorrem mediante explosões rápidas, simultâneas e generalizadas, mas sim, quase sempre através de ‘combinações sucessivas’” (GRAMSCI, 2000, p. 206-207).

A situação de subalternidade pode ser alterada na medida em que se assume a consciência do significado do próprio operar, da efetiva posição de classe, da natureza das hierarquias sociais, elaborando-se uma nova concepção de economia, de política, de Estado e de sociedade, capaz de provocar a desarticulação da ideologia dominante. Como escreve Tortorella (2002, p. 5),

[...] o verdadeiro problema é qual cultura e quais finalidades humanas se deva propor, na realidade do mundo atual a quem não deseja resignar-se às imensas brutalidades e tragédias que marcam o presente [...],

desempenhando aqui, de forma significativa, o papel dos intelectuais no amplo sentido que lhe foi conferido por Gramsci.

Nesse sentido, a hegemonia também coloca-se num novo campo de lutas, de alianças, de construção/desconstrução de saberes e experiências, pois, antes de mais nada, “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica” (GRAMSCI, 2000), que se

plasma através dos princípios do socialismo e da democracia, entendida esta última como uma forma de governo que atenua e contesta a distância entre dirigentes e dirigidos chegando a fundir, tendencialmente e progressivamente, o povo a partir de baixo, o Estado a partir do

alto, na ‘sociedade civil’ (BARATA, 2000, p. 195).

Pensar, portanto, na construção de outro projeto de sociedade, significa apostar decisivamente na formação de uma cultura política capaz de restabelecer a relação dialética entre Estado e sociedade civil. Significa impregnar as inúmeras formas participativas, que configuram a tessitura da sociedade civil contemporânea de uma cultura política capaz de “projetar o futuro”, superando as determinações prevalentes da economia e do mercado neoliberais. E fortalecê-la enquanto conjunto de relações sociais da vida em sociedade, de instituições, de ideologias, de interesses, de cultura e de valores, espaço de construção da hegemonia, de “fundação de novos Estados”, *locus* de representação de interesses universais e de transformação dos projetos de “homens-massa” em projetos de “homens-coletivos” (GRAMSCI, 1999, p.94).

Recebido em 26.02.2004. Aprovado em 18.03.2004.

Referências

- BADALONI, N. Gramsci: a filosofia da práxis como previsão. In: HOBBSBAWM, E. (Org.). *História do marxismo*. V. X, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BARATA, G. *Le rose e i quaderni*. Roma: Gamberetti Editric, 2000.
- BARCELLONA, P. *Il declinio dello Stato: riflessioni di fine secolo sulla crisi del projeto moderno*. Bari: Edizioni Dedalo, 1998.
- _____. *L'individuo e la comunità*. Roma: Edizione Lavoro: 2000.
- _____. Converzazione sullo Stato Sociale. In: *Quale Stato*, n. 2/3, Roma: CGIL, 1996.
- _____. *Quale politica per il terzo millenio?* Bari: Edizioni Dedalo, 2000.

BAUMAN, Z. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BORON, A. A sociedade civil após o dilúvio neoliberal. In: SADER, E. (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRESSER PEREIRA, L. C. A Reforma do Estado dos Anos 90. *Cadernos do Mare*, 1, Brasília, 1997.

COHEN, J.; ARATO, A. *A civil society and political theory*. Cambridge: MIT Press, 1994.

COUTINHO, C. N. *Marxismo e política*. São Paulo: Cortez, 1994.

FIFKIN, J. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis de emprego e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.

GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. Ed. Critica di Valentino Gerratana. Turim: Einaudi, 1975.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 1, 1999.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 3, 2000.

HABERMAS, J. *Teoria de la acción comunicativa*. Madri: Taurus, 1988, 2 v.

IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.

KURZ, R. Para além de Estado e mercado. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 3 dez., 1995. Caderno Mais.

LIGUORI, G. Stato e mondializzazione in Gramsci. *Rivista Critica Marxista*, n. 4/5, Roma: Editori Riuniti, 1998.

LOSURDO, D. *La seconda Repubblica: liberismo, federalismo, posfasismo*. Torino, Bollati Boringhieri, 1994.

LUNGHINI, G. I nuovi compiti dello Stato. In: AGLIETA, M.; LUNGHINI, G. *Sul capitalismo contemporaneo*. Torino, Bollati Boringhieri, 2001.

NOGUEIRA, M. A. *Em defesa da política*. São Paulo: Editora Senac, 2001.

_____. *As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

OLIVEIRA, F. de. Brasil: da pobreza da inflação a inflação da pobreza. *Cadernos ABONG*, Rio de Janeiro, n. 27, maio, ABONG, 2000.

PUTNAM, R. Democracies in Flux. Comento di Federico Rampini. In: *La Repubblica*. Roma, 14 di novembre, 2002.

RANCI, C. *Oltre il welfare state: terzo settore, nuove solidarietà e trasformazione del welfare*. Bologna: Il Mulino, 1999.

RAVAIOLI, C. Vivere oltre il limite: um azzardo pericoloso. *Rivista Critica Marxista*, n. 3, Roma: Editori Riuniti, 2002.

SEMERARO, G. *Gramsci e a sociedade civil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SOARES, L. T. *Os custos sociais do ajuste na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA SANTOS, B. *Reinventar a democracia*. Lisboa: Gradiva Publicações, 1998.

TORTORELLA, A. La crisi di un modello. *Rivista Critica Marxista*, Roma: Editore Riuniti, n. 3, 2002.

VIANNA, L.W. *De um plano Collor a outro*. Rio de Janeiro: Revam, 1991.

VIEIRA, L. Cidadania e controle social. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; GRAU, N.C. (Orgs). *O público não-estatal na Reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

Ivete Simionatto

isimiom@mbox.1.ufsc.br

Curso de Serviço Social
Centro Sócio-Econômico
Universidade Federal de Santa Catarina
Campus Universitário Trindade
Florianópolis – SC